

Brasília, 10 de junho de 2026

Seleção

Sumário

Metrópoles Online

Terça-feira, 09 de junho de 2026 | Direitos Autorais

STJ toma nova decisão em processo de R\$ 60 milhões envolvendo Xuxa	3
--	----------

Migalhas

Terça-feira, 09 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

STJ mantém extinção de marca por falta de renovação no prazo legal	4
---	----------

Terça-feira, 09 de junho de 2026 | Propriedade Intelectual

Pirataria na advocacia - Parte 2 - a infração ética consiste em crime	6
--	----------

Terça-feira, 09 de junho de 2026 | Propriedade Industrial

MIGALHAS nº 6.365	10
--------------------------------	-----------

Estadão.com.br - Últimas Notícias

Terça-feira, 09 de junho de 2026 | Propriedade Intelectual

Pirataria online e 135 mil figurinhas apreendidas: álbum da Copa do Mundo é alvo... ..	17
---	-----------

Folha de S. Paulo

Quarta-feira, 10 de junho de 2026 | Propriedade Intelectual

CNN processa Perplexity, e ações contra IAs por direito autoral chegam a 115	19
---	-----------

Quarta-feira, 10 de junho de 2026 | Marco Civil

STF deve definir nesta quarta alcance de decisão que ampliou responsabilidade de... ..	20
---	-----------

O Globo Online

Terça-feira, 09 de junho de 2026 | Propriedade Intelectual

Câmara aprova acordo entre Mercosul e bloco europeu EFTA	22
---	-----------

Sebrae Notícias

Terça-feira, 09 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

Produtos de origem ganham espaço e mercado no Connection Terroirs 2026	23
---	-----------

STJ toma nova decisão em processo de R\$ 60 milhões envolvendo Xuxa



A cantora Xuxa enfrenta um imbróglio judicial por suposta violação de **direitos autorais** que pode resultar em uma indenização milionária

Nesta terça-feira (9/6), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) adiou mais uma vez o julgamento da ação por violação de **direitos autorais** envolvendo a apresentadora Xuxa. O processo, que tramita há 26 anos, pode resultar em uma indenização de cerca de R\$ 60 milhões.

5 imagens Fechar modal. 1 de 5 Xuxa
Reprodução/Instagram 2 de 5 Xuxa Meneghel

Reprodução/Instagram 3 de 5 Xuxa Meneghel
Reprodução 4 de 5 Xuxa Meneghel 5 de 5 Xuxa Meneghel
Reprodução/**Internet**.

Ao abrir a sessão, Daniela Teixeira, ministra da Terceira Turma da Corte, retirou o caso da pauta do dia. Esta é a terceira vez que o julgamento é adiado.

A ação foi movida pelo empresário Leonardo Soltz contra a empresa Xuxa Promoções e Produções. Segundo o processo, personagens da Turma do Cabralzinho teriam sido utilizados sem autorização para o desenvolvimento da Turma da Xuxinha.

De acordo com a acusação, o projeto criado por Soltz foi apresentado à empresa da apresentadora em 1999, durante as comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil. O material teria servido de base para a criação dos personagens ligados à marca de Xuxa.

A suposta violação de **direitos autorais** foi reconhecida em duas instâncias da Justiça. No STJ, a discussão não envolve mais a existência da infração, mas sim a forma de cálculo da indenização, incluindo a aplicação de juros e correção monetária acumulados ao longo dos anos.

STJ mantém extinção de marca por falta de renovação no prazo legal

Propriedade industrial STJ mantém extinção de marca por falta de renovação no prazo legal Colegiado concluiu que procedimento de caducidade em curso não afastava o dever da titular de requerer a prorrogação do registro perante o **INPI**. Da Redação

terça-feira, 9 de junho de 2026

Atualizado às 16:27

A 4ª turma do STJ manteve, por unanimidade, a extinção do registro da marca Profile e validou o posterior registro de marca semelhante pela Michelin.

O colegiado entendeu que a existência de procedimento administrativo de caducidade em curso não configurava justa causa para afastar a obrigação da titular de requerer a renovação do registro dentro dos prazos previstos na lei de **propriedade industrial**.

O caso

O caso teve origem em disputa envolvendo o registro da marca Profile, concedido à IMT pelo **INPI** em 1998. Após a autarquia declarar a caducidade do registro por suposto desuso, a empresa recorreu administrativamente e obteve a reversão da decisão.

Nesse intervalo, porém, deixou de requerer a renovação da marca e de recolher as taxas exigidas para sua prorrogação. Posteriormente, o **INPI** declarou extinto o registro e concedeu à Michelin o registro da marca Profiler.

A IMT ajuizou ação para anular os atos administrativos, sustentando que a pendência do procedimento de caducidade e a ausência de intimação regular justificariam a falta de renovação do registro.

4ª turma manteve registro da Michelin em disputa sobre marca de pneus.(Imagem: Adobe Stock)

Sustentações

Representando a IMT, a advogada sustentou que a empresa não poderia ser penalizada por deixar de renovar o registro da marca Profile enquanto ainda estava pendente recurso administrativo contra a decisão do **INPI** que havia declarado sua caducida-

de. Segundo ela, seria contraditório exigir a renovação de um direito que a própria autarquia considerava extinto naquele momento.

Também argumentou que a IMT não foi regularmente intimada das decisões administrativas que restabeleceram e posteriormente extinguiram o registro da marca, em desacordo com a lei de **propriedade industrial**. Ao final, pediu a manutenção do acórdão do TRF da 2ª região, sustentando que, se o registro da marca Profile permaneceu válido, o registro posterior da marca Profiler, obtido pela Michelin, não poderia subsistir.

Representando a Michelin, o advogado sustentou que a IMT perdeu o direito sobre a marca Profile por não cumprir os prazos legais para renovação do registro junto ao **INPI**. Segundo ele, embora a empresa tenha recorrido da decisão que declarou a caducidade da marca, o recurso possuía efeito suspensivo, mantendo o registro em vigor e exigindo o cumprimento das obrigações legais, inclusive o pagamento das taxas de renovação.

A defesa argumentou que não houve justa causa para a ausência de pagamento das taxas dentro dos prazos ordinário e extraordinário previstos na lei de **propriedade industrial**. Também sustentou que as publicações realizadas na Revista da **Propriedade Industrial** eram suficientes para dar ciência dos atos administrativos, não sendo necessária notificação postal específica. Ao final, pediu a reforma do acórdão do TRF da 2ª região e a manutenção do registro da marca Profiler em favor da Michelin.

Voto do relator

O ministro Raul Araújo votou pelo desprovimento do agravo interno e concluiu que não havia justa causa para a titular da marca deixar de requerer a prorrogação do registro junto ao **INPI**. Segundo o relator, embora estivesse em curso procedimento administrativo de caducidade, o recurso interposto contra a decisão possuía efeito suspensivo, mantendo o registro plenamente vigente durante sua tramitação.

Para o ministro, cabia à titular da marca, caso tivesse interesse em preservar os direitos decorrentes do registro, adotar as providências necessárias para sua renovação dentro dos prazos previstos na lei de **propriedade industrial**. Raul Araújo ressaltou que o trâmite do procedimento de caducidade não configura evento imprevisível nem alheio à vontade da parte, requisitos exigidos pela lei para o reconhecimento de justa causa.

Com esse entendimento, concluiu que não houve ilegalidade na decisão do **INPI** que declarou extinto o registro da marca por falta de pedido de prorrogação, nem no posterior registro de marca semelhante em favor da Michelin.

Processo: REsp 1.878.735

Pirataria na advocacia - Parte 2 - a infração ética consiste em crime

Pirataria na advocacia - Parte 2 - quando a infração ética consiste em crime Antonio Alberto do Vale Cerqueira terça-feira, 9 de junho de 2026

Atualizado em 8 de junho de 2026 09:39

Essa é a segunda parte do artigo publicado em 23/1/23, que tratou da pirataria na advocacia pela captação de clientela e uso de agenciadores (para ler).

Naquele estudo, pontuou-se que quando o legislador criou os incisos III e IV do art. 34 da lei 8.906/1994 objetivava punir a captação de clientela esporádica, amadora, infantil. Em tempos atuais, por exemplo, estaríamos diante daquela publicidade incorreta realizada nas redes sociais, que causa espécie nos colegas, mas não é suficientemente lesiva para afetar a classe da advocacia. Para esses casos, a censura é, de fato, a sanção disciplinar recomendada.

Essa afirmação pode ser corroborada pela resolução 04/20 do CFOAB, que inseriu no Código de Ética e Disciplina (resolução 02/15) o art. 47-A, introduzindo no sistema OAB a possibilidade de assinatura de TAC - Termo de Ajustamento de Conduta em caso de publicidade irregular. Vale dizer que a OAB só permitiu o TAC nesses casos porque entendeu haver menor potencial lesivo nas condutas.

Contudo, a principal conclusão do estudo que deu origem à primeira parte da pirataria na advocacia foi que, quando a prática da captação de clientela e da angariação ilegal de clientes é elaborada, pensada, criada em uma estrutura negocial dolosamente voltada à angariação de clientes em massa, sem observância dos preceitos legais da OAB, não mais se está diante das leves infrações dos incisos III e IV do art. 34. Nesses cenários, vislumbra-se potencialmente a conduta incompatível prevista no inciso XXV ou até a inidoneidade do inciso XXVII, ambas a gerar a expulsão do advogado da OAB.

Esse foi, em breves linhas, o contexto da primeira parte.

Esta segunda parte, produzida três anos e meio à frente do amadurecimento daquela, vem em respos-

ta ao questionamento de um de nossos leitores, reconhecido e respeitado escritório tributário do

Estado de Goiás - que indagou o seguinte: "Caro Prof. Antonio Alberto, sou leitor de sua coluna no Migalhas. Recentemente li o artigo sobre pirataria na advocacia, que me tocou muito em face de uma situação com a qual estamos lidando. Tivemos um sócio com menor participação societária que foi trazido ao escritório para trabalhar em demandas de revisão do Fator Acidentário de Prevenção, chamada por nós de 'a tese do RAT'. Bem sabemos que essas teses se espalham com o tempo, todavia, no tempo do ocorrido, era algo praticamente inédito e que quase ninguém conhecia, o que concedia a nosso escritório uma grande vantagem comercial. Imediatamente após começar o trabalho conosco, essa pessoa subtraiu esse patrimônio imaterial do escritório, utilizando todo nosso acervo técnico para montar uma estrutura paralela para vender a tese no mercado, via de práticas comerciais que contrariavam nossa política de trabalho, utilizando como principal estratégia uma pessoa jurídica não vinculada à OAB, onde fazia propaganda da tese que criamos como um produto comercial e não um serviço exclusivo da advocacia. Ofertava serviços inclusive para clientes do próprio escritório. Logo que descoberto, saiu do escritório e hoje está filiado a uma grande associação, onde tem como aliado o Presidente da entidade, que tem realizado vídeos comerciais propagandeando os serviços do advogado. Descobrimos também que referido advogado já havia realizado prática análoga com escritório de Uberlândia, fato gerador de ações cíveis e penais. Como ficaria essa questão junto à OAB?"

A narrativa acima é, nada mais, nada menos, que a ratificação absoluta do acertado alerta trazido à classe dos advogados na parte 1 do artigo, ou seja, de que a OAB deve tratar com toda rigidez comportamentos contrários aos interesses da advocacia como um todo.

Como resta de clareza solar, o caso narrado, que será tratado apenas em tese, retrata condutas gravíssimas e potencialmente criminosas, que não podem

ser vistas pela OAB como mera captação de clientela, sujeita à insignificante sanção da censura.

Antes de dar início ao conteúdo proposto, é importante realizar uma digressão quanto ao papel atual da OAB no cenário da democracia brasileira à luz de sua missão constitucional definida no art. 133 da Constituição Federal, assim como na vida de cada um dos advogados.

O Brasil hoje possui cerca de 1.500.000 (um milhão e meio) de advogados; provavelmente algo em torno de 3.000.000 (três milhões) ou 4.000.000 (quatro milhões) de bacharéis em Direito, parte dos quais lutando três vezes ao ano pela aprovação no Exame de Ordem, de forma a obter o título de advogado; aproximadamente 1.900 (mil e novecentos) cursos de Direito, com somente 10% recomendados e aprovados pela OAB. Em números absolutos, o Brasil perde apenas para a Índia em número de advogados (2.000.000 lá), mas aquele país tem uma população sete vezes maior, de 1,5 bilhão de habitantes. Por outro lado, nenhum país supera o Brasil em cursos de Direito. Aqui, salvo melhor informação, temos o dobro de cursos de Direito da Índia, que possui cerca de 900 cursos. Temos dez vezes mais que os Estados Unidos. Em toda a Itália, são aproximadamente 70 cursos de Direito e, na França, mais ou menos 100.

Como fica claro, o cenário é catastrófico e não há saída no horizonte. Aliás, é acertado afirmar que essa enorme distorção tende a se agravar, pois os cursos de direito continuam se multiplicando em ritmo elevado em todo o país e despejando milhares e milhares de bacharéis no mercado, duas vezes por ano. Com a atual legislação, não há nada que a OAB possa fazer. Ainda pior, por mais teratológico que possa parecer, há legisladores em nossas casas de representação que tentam emplacar projetos para acabar com o Exame de Ordem.

Esse preâmbulo tem lugar para bem demonstrar que nunca na história da OAB foi tão necessário controlar a advocacia (infelizmente), pois entre nós, hoje, para além de advogados despreparados, caminham bandidos de toda natureza. Estupradores, agressores, estelionatários, assassinos, membros de organizações criminosas, lavadores de dinheiro, vendedores de facilidades, traficantes, falsários e muito mais.

Isso posto, claro, é mais que justificada e deve ser elogiada a postura atual da OAB em relação à ele-

vação da régua ética/disciplinar. A OAB nunca investiu tanta energia na capacitação de seus Tribunais de Ética e Disciplina, na evolução de seus sistemas de normas e em sua Corregedoria Nacional,

que tem como uma de suas competências legais organizar em métricas os números das Seccionais, incluídas as sanções administrativas aplicadas.

Pois bem, o caso narrado pelo leitor - tratado aqui em tese vale repetir uma vez mais - é o retrato cabal e consequencial de toda a dinâmica acima narrada. Como fica bem claro, o algoz de dois escritórios de advocacia, na qualidade de advogado, teria: (1) ingressado nos quadros de trabalho das firmas com base em confiança para dolosamente subtrair segredos e **propriedade intelectual**, de forma a possibilitar a prática do crime de concorrência desleal, onde, para alcançar seu desiderato, também cometeu outros crimes; (2) não suficiente, com os segredos dos escritórios em mãos, abriu para si uma pessoa jurídica fora do sistema OAB, de forma a vender os serviços que eram prestados pelos tributaristas como um bem de consumo normal, um objeto de prateleira, dissimulando o fato de se tratar de um serviço exclusivo do advogado e assim burlando a fiscalização da OAB; e, por último, na atualidade, (3) ainda se utiliza da força de uma grande associação para multiplicar o dano de suas condutas, via captação estruturada e ilegal de clientela.

A situação analisada em abstrato perpassa por três diferentes fatos que merecem atenção e têm perfeito assento no tema pirataria na advocacia, inclusive, ampliando o objeto tratado na parte 1. O primeiro fato são as condutas do advogado perante os escritórios de advocacia onde trabalhou; o segundo, o fato de haver fundado pessoa jurídica desvinculada da OAB para prestar serviços exclusivos de advogado; e o terceiro refere-se à captação ilegal de clientela, de forma estruturada.

Para todos os supostos fatos não há que se falar em condutas disciplinares brandas, mas, nas mais graves violações disciplinares conhecidas, iniciando com conduta incompatível, que encontra limites éticos no inciso XXV, passando pela inidoneidade do XXVII e culminando na prática de crime infamante prevista no inciso XXVIII, atos que deveriam resultar na exclusão do advogado dos quadros da OAB.

De início cumpre asseverar que a conduta dolosa de advogado que ingressa premeditadamente como co-

laborador, associado ou até mesmo sócio em escritório de advocacia para de lá extrair informações, teses, segredos e estratégias para utilizá-los - enquanto ainda lá trabalha - em seu próprio benefício e fora do ambiente do escritório, trata-se em tese de crime ou crimes.

No caso narrado, o fato ainda foi mais grave, porque o agente ainda corrompeu pessoas do próprio escritório, ou seja, referida conduta, a depender da situação em concreto, alcança a tipicidade dos crimes de concorrência desleal do art. 195 da lei federal 9.279/1996 e potencialmente o crime de violação de segredo profissional previsto no art. 154 do CP.

Sobre o crime de violação de segredo, ensina Biten-court que seu preceito primário não se limita somente às relações entre advogado e cliente, mas também no âmbito de trabalho, bastando que o agente tenha conhecimento de segredos relevantes à vítima, como é o caso posto: "Essa matriz típica objetiva a proteção do segredo profissional específico, da criação e da invenção, mantendo secretos fatos relevantes, punindo, além da violação dos segredos de que se tem conhecimento no exercício de certas atividades profissionais, a espionagem industrial, comercial e artística"¹.

Outrossim, há potencialmente a prática do crime de invasão de dispositivo informático previsto no art. 154-A do CP, se a extração de dados não havia sido autorizada, pois certamente o agente não era autorizado a realizar a extração, para si e em prejuízo do escritório, de dados sensíveis daquela pessoa jurídica e seus clientes. Algo terrível, para dizer o mínimo.

Portanto, nessa análise em abstrato, todos esses crimes, praticados contra advogados e contra a advocacia, poderiam ser classificados no conceito de crime infamante ou de inidoneidade do art. 34 da lei 8.906/1994 que têm previsão de sanção pela exclusão dos quadros da advocacia, na forma do quanto prescreve o art. 38, inciso II do EAOAB. Sobre a classificação de infamante, vale lembrar que não é a gravidade do crime que interessa, mas a reverberação negativa que a prática causa à advocacia.

Não suficiente, é absolutamente proibido do ponto de vista ético-disciplinar que advogado funde uma pessoa jurídica para prestar serviços exclusivos de advogado e não a registre na Ordem dos Advogados do Brasil, exatamente pelo dolo de usá-la para

captar clientela em massa e de maneira estruturada e ilegal e para se furtar à fiscalização dos Tribunais de Ética e Disciplina. Um escárnio com todos os advogados do país que lutam para sobreviver diante do caótico cenário já descrito.

Para condutas muito mais brandas e menos dolosas, realizadas por pessoas que não eram advogados e ofertavam esses serviços, como algumas contabilidades e consultorias, é bastante comum que as Seccionais ajuízem ação civil pública, de forma a obrigar o Judiciário a impedir/vedar o uso da pessoa jurídica para fins que cabem exclusivamente à advocacia.

No relato em estudo, entretanto, a conduta é infinitamente mais grave.

Aqui, abstratamente e em tese, a pessoa jurídica é deliberadamente criada fora da OAB para escapar ao alcance de sua fiscalização, por um advogado que age embalado exclusivamente da espúria motivação mercantil e cujo "conteúdo" potencialmente adveio da prática de crimes contra advogados, para, lesando toda a advocacia, agir totalmente à margem das normas ético-disciplinares que regem a carreira, vendendo serviços exclusivos de advogados como se fossem um produto de prateleira, um bem de consumo do dia a dia. Esse ato, gravíssimo, revela a motivação vil, torpe e, especialmente, o meticuloso orquestramento do ato furtivo à responsabilidade do advogado.

Para tais condutas, a potencial tipicidade administrativa seria a da inidoneidade, que independe de qualquer condenação criminal, conforme já decidiu o CFOAB: "3) A infração disciplinar de tornar-se moralmente inidôneo para o exercício profissional não demanda o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, pois não está vinculada à prática de crime (art. 34, XXVIII, EAOAB), mas dela também podendo decorrer, ressalvada a hipótese de decisão que negue a existência do fato ou sua autoria".²

Por último, e aqui vem a referência à parte 1 deste artigo, a utilização de figura central de grande associação para propagandar o trabalho do advogado e angariar causas - clientela fácil e livre de concorrência - revelando um sofisticado esquema de captação ilegal de clientela de forma estruturada, escapa em absoluto do alcance dos incisos III e IV do artigo 34, especialmente pela especialização e reiteração infracional, enquadrando-se na hipótese

legal do inciso XXV, que prevê a conduta incompatível.

Em verdade, as infrações disciplinares dos incisos III e IV estarão presentes somente quando não constituírem causas mais graves, como é exatamente o caso do inciso XXV.

Nesse sentido: "Comete a infração contida no inciso III, IV e XXV, do art. 34, do EOAB, o advogado que se utiliza de agenciador de causas, dividindo com este, o resultado financeiro auferido, meio a meio, comprovado por demonstrativos contábeis assinados pelo advogado e o interveniente. O advogado que assim procede, mantém conduta incompatível com a advocacia. Mantida a decisão prolatada pela Seccional da OAB/São Paulo".³

Não são poucos os casos em que advogados constituem empresas de fachada para captar clientes lesados por companhias aéreas, por fabricantes de automóveis, dentre outros inúmeros casos. Em todas essas circunstâncias, claro, está presente a reiteração infracional que é elemento essencial do inciso XXV para a configuração da conduta incompatível, especialmente quando a captação é fato gerador de dezenas, centenas de causas patrocinadas pelo advogado infrator. Nada impede, a depender da gravidade do fato, que a OAB avance da classificação de conduta incompatível para a inidoneidade, tudo a depender da gravidade. É essa a exata razão pela qual o conceito de idôneo depende de avaliação subjetiva da Ordem dos Advogados do Brasil.

Todas essas condutas, que muitas vezes subtraem do mercado causas que serviriam a milhares de advogados, constituem um ataque contra toda a advocacia e merecem punição exemplar, não podendo, portanto, estar limitadas à previsão legal de censu-

ra.

De tudo o que restou analisado acima, exsurge nítido que enquanto a advocacia sofre para sobreviver diante da clara desproporção entre o número de advogados e o número de habitantes, ainda há aqueles que agem absoluta e unicamente em benefício próprio, sem dar importância ao grau de lesão que causam à classe. Para esses, não há dúvida de que o único caminho e solução para a advocacia é o incremento da fiscalização e uma rigorosa postura dos Tribunais de Ética e Disciplina espalhados pelo país.

*Fale diretamente com o advogado e envie suas dúvidas por aqui () ou pelo Instagram: @antonioalbertocerqueira

1 BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. Parte Especial, Volume 2. 23ª ed ver, amp e atu. 2023. SARAIVA JUR, fl. 596;

2 Recurso n. 49.0000.2022.004431-5/SCA-PTU. EMENTA N. 209/2025/SCA-PTU. (DEOAB, a. 7, n. 1757, 16.12.2025, p. 10)

3 Recurso nº 0317/2002/SCA-SP. Ementa 125/2002/SCA. (DJ 20.12.2002, p. 62, S1).

MIGALHAS nº 6.365

Terça-Feira, 9 de junho de 2026 - Migalhas nº 6.365.

Fechamento às 07h35.

Registro

Migalhas anuncia que, a partir de hoje, conta com mais um Fomentador:

Instituto Global ESG

()

"O sentimento da responsabilidade obriga à cautela."

Rui Barbosa

Crime, imprensa e responsabilidade

A decisão dos EUA de classificar PCC e Comando Vermelho como organizações terroristas traz novos desafios para a cobertura jornalística. Em tempos em que uma associação indevidamente formulada pode produzir efeitos devastadores sobre empresas e pessoas, cresce a responsabilidade da imprensa em distinguir participação criminosa efetiva de meros vínculos indiretos ou circunstanciais. Migalhas aborda hoje essa delicada fronteira entre o dever de informar e o dever de não simplificar. ()

Quem recebe, responde

TRF-2 manteve a obrigação de uma produtora devolver R\$ 812 mil captados via lei Rouanet para digitalizar e disponibilizar o acervo de "O Pasquim". Não teria havido prova de que o conteúdo foi efetivamente publicado. E, sem registros técnicos, documentação ou comprovação da entrega prometida, prevaleceu o entendimento de inadimplemento total. ()

Rouanet sob controle

O caso narrado na nota anterior é interessante sob a perspectiva de uma resposta às críticas fáceis à lei Rouanet: incentivo cultural não é cheque em branco. Ao exigir a devolução dos recursos, o TRF mostra que a prestação de contas é parte essencial do fomento público. Cultura merece apoio; dinheiro público exige fiscalização. ()

O Pasquim: humor como luta

Para os mais jovens, que nasceram depois da redemocratização, O Pasquim talvez seja apenas um nome citado em livros de História (para os mais boêmios, um bar na Vila Madalena). Mas o semanário lançado em 1969 foi uma das vozes mais influentes da resistência cultural e intelectual à ditadura militar. Em um período de censura, prisões arbitrárias e suspensão de garantias constitucionais, o jornal encontrou no humor uma forma sofisticada de defender a liberdade de expressão e provocar reflexão política.

Por suas páginas passaram nomes como Jaguar, Ziraldo, Millôr Fernandes, Henfil, Paulo Francis e Ivan Lessa. Eles ajudaram a preservar algo essencial para qualquer Estado de Direito: o espaço da crítica.

Não por acaso, a trajetória de O Pasquim dialoga diretamente com temas caros ao universo jurídico. Liberdade de imprensa, censura prévia, direitos fundamentais e limites do poder estatal eram assuntos vividos diariamente por sua redação muito antes de se tornarem capítulos consolidados da Constituição de 1988.

Hoje, parte desse legado está preservada na Biblioteca Nacional, que disponibiliza edições digitalizadas, gratuitamente.

Moradia ou hospedagem?

2ª seção do STJ afetou ao rito dos repetitivos a discussão sobre locações de curta temporada em condomínios residenciais por plataformas como Airbnb. A Corte vai definir se a destinação residencial prevista na convenção basta para restringir esse tipo de aluguel, mesmo sem proibição expressa. Até lá, processos sobre o tema ficam suspensos em todo o país. ()

Em construção

A afetação acima não indica, necessariamente, mudança de rumo. Em maio, a 2ª seção já decidiu, em caso concreto, que a exploração profissional e reiterada de imóveis por Airbnb pode contrariar a

finalidade residencial do condomínio. Também entendeu que a autorização para esse uso depende de aprovação de dois terços dos condôminos. ()

Pró-usinas

4ª turma do STJ negou indenização a pescadores que alegavam prejuízos causados pelas usinas de Jirau e Santo Antônio no rio Madeira. Por unanimidade, o colegiado entendeu que a reparação individual exige prova concreta do dano, do nexo causal e da condição de pescador artesanal. ()

Pró-pescadores

A decisão acima diverge de entendimento adotado recentemente pela 3ª turma, que manteve condenação das mesmas usinas em ações semelhantes. ()

Receita de jurisprudência

Jurisprudência, como se vê, não sai pronta do forno. Vai sendo preparada aos poucos, com ingredientes variados, alguma ebulição e o inevitável risco de desandar. Separe duas turmas de Direito Privado do STJ, acrescente casos semelhantes e deixe a divergência em fogo médio. De um lado, a 3ª turma reconhece o direito dos pescadores; de outro, a 4ª exige prova individualizada do dano. Junte uma pitada de nexo causal, duas colheres de prova concreta e mexa com cuidado, para não empelotar. Em outra panela, ponha o Airbnb em condomínios, acrescente afetação ao rito dos repetitivos e deixe reduzir até formar tese obrigatória. Está servida a jurisprudência: nasce do dissenso, ganha corpo no debate e, quando passa do ponto, vai à 2ª seção para dar liga nacional.

Garantias

STJ anulou Júri após réu preso ser impedido de usar roupas civis no julgamento. ()

Protesto monitorado

CNJ criou uma base nacional para acompanhar decisões judiciais que afetam registros de protesto. A ideia é identificar padrões de litigância predatória, práticas abusivas e distorções no mercado de crédito, sem interferir no mérito das decisões. ()

Pesquisa em xequê

Pesquisa da AtlasIntel foi suspensa por decisão de Nunes Marques. O ministro identificou indícios de comprometimento da neutralidade metodológica do levantamento. ()

nimo, migalheira!

Sabemos que a edição de hoje está mais robusta que petição em véspera de prazo. Mas persista. Ainda há notícias, bastidores, julgados e reflexões que merecem sua atenção. A redação trabalhou muito para que cada clique valha a pena.

Bola dividida

Lei 15.427/26 atualiza as regras das SAFs - Sociedades Anônimas do Futebol e amplia mecanismos de governança e transparência. Dispositivos sobre dívidas, tributação e proteção patrimonial foram vetados. ()

Exercício ilegal

Lula sancionou lei que tipifica o exercício ilegal da medicina veterinária e amplia as punições quando a conduta causar lesões, morte ou danos a animais. ()

Além das grades

Nem sempre a escravidão moderna se revela por correntes ou cárcere. Ao restabelecer indenização a trabalhadores submetidos a condições degradantes, o TST afirmou que a violação da dignidade humana, por si só, pode caracterizar trabalho análogo à escravidão. ()

Insalubridade - Tema em definição

TRT-2 suspendeu recurso sobre adicional de insalubridade para empregada encarregada da limpeza de sanitários em empresa. A medida considera a instauração, pelo TST, de incidente que definirá critérios nacionais para o reconhecimento da insalubridade nessas atividades. ()

Direito do Trabalho

O Conselho Federal da OAB promove hoje uma homenagem aos 25 anos de atuação da ministra Maria Cristina Peduzzi no TST. A trajetória da magistrada será celebrada durante o evento "A Segurança Jurídica na Sistemática dos Precedentes e na Negociação Coletiva", que reunirá autoridades e especialistas para refletir sobre temas caros à Justiça do Trabalho e reverenciar a contribuição da ministra à construção do Direito do Trabalho contemporâneo. ()

Inclusão

Ministro André Mendonça determinou a reinclusão de candidato PcD em concurso do TRF-4 após negativa de adaptação em teste físico. () 2ª turma do STJ manteve isenção de ICMS em veículo de motorista com visão monocular. () Juíza reconheceu o direito de mãe de criança autista à isenção de IPVA

sobre veículo utilizado para levar o filho a terapia e consultas médicas. ()

Carta aberta

Quem ainda compulsa jornais de papel (espécie cada vez mais rara, já catalogada por alguns naturalistas da comunicação) ou quem os lê na tela do computador (hábito igualmente reservado a um pequeno e resistente contingente de brasileiros) percebeu hoje uma ofensiva coordenada de entidades empresariais em diversos matutinos do país.

Em páginas inteiras de publicidade, CNA, CNI, CNC, CNT, Fiesp e outras entidades subscreveram uma "Carta para o Brasil que acorda cedo", dirigida aos senadores da República. O alvo é evidente: a PEC que reduz a jornada semanal para 40 horas e põe fim à escala 6x1, aprovada pela Câmara e agora em discussão no Senado.

No texto, as entidades sustentam que a proposta, embora apresentada como benefício ao trabalhador, produziria efeito inverso. Argumentam que o aumento dos custos trabalhistas afetaria investimentos, produtividade, geração de empregos e competitividade da economia. Em outras palavras, procuram convencer os senadores de que a modernização das relações de trabalho deve ocorrer por negociação e flexibilidade. Por isso, defendem a aprovação da chamada PEC 12, apresentada às pressas como uma espécie de contraponto ao movimento que busca extinguir a escala 6x1.

A mobilização revela que a disputa deixou de ser apenas sindical ou parlamentar. Depois da expressiva vitória da proposta na Câmara, o setor produtivo decidiu entrar diretamente no debate público, comprando espaço nos jornais e tentando influenciar a tramitação da matéria no Senado.

Trata-se, em suma, de uma batalha de narrativas. De um lado, os defensores da redução da jornada prometem mais qualidade de vida e melhor distribuição do tempo de trabalho. De outro, as principais entidades empresariais do país alertam para riscos econômicos e possíveis impactos sobre emprego, renda e investimentos.

Se a Câmara foi o palco da vitória dos trabalhadores, o Senado promete ser o grande balcão de argumentos. E, pelo tamanho dos anúncios publicados hoje, ninguém parece disposto a economizar tinta, nem dinheiro, nessa disputa.

()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas.

Colunas

Questão de Direito

Confiança legítima, isonomia e segurança jurídica estão no centro do debate sobre o Tema 1.299 do STJ, que trata do cabimento de ação rescisória diante de precedente vinculante posterior. Teresa Arruda Alvim, Maria Lúcia Lins Conceição e Caio Victor Ribeiro dos Santos defendem a modulação dos efeitos da decisão para evitar tratamento desigual em casos semelhantes. ()

Migalhas de Responsabilidade Civil

Ao analisar os chamados "bebês de design", Claudia Loureiro e Thiago Melim Braga discutem os limites da autonomia reprodutiva diante da bioética, da dignidade humana e da responsabilidade civil intergeracional. ()

IA em Movimento

"O ciberespaço não é neutro". A partir dessa premissa, Fabio Revelli aborda os riscos da ciberviolência contra mulheres e a necessidade de combinar inovação tecnológica, responsabilidade e direitos fundamentais. ()

Processo Disciplinar no Sistema OAB e atualidades jurídicas

Quando a captação ilegal de clientes deixa de ser infração ética e passa a ser crime? A análise de Antonio Alberto do Vale Cerqueira examina casos graves de "pirataria na advocacia" e suas consequências na OAB. ()

Direitos Humanos em Pauta

A suspensão da resolução 258/24 do Conanda enfraquece garantias fundamentais de crianças vítimas de violência sexual. Silvia Souza e Melina Girardi Fachin abordam os impactos dessa decisão. ()

Migalhas Infância e Juventude

Dar voz a crianças e adolescentes não é uma escolha, mas um direito fundamental. É o que defende Angélica Ramos de Frias Sigollo ao abordar a importância da escuta protegida. ()

Migalhas de peso

- "O legado de Kofi Annan e o desafio do ESG na prática: Por que a Conferência Nacional dos ODS pode marcar uma nova etapa do desenvolvimento sustentável no Brasil", por Ana Clara Moura, Paola Comin, Suely Martins e Bárbara Silva (Instituto Global ESG). ()
- "Lei de seguros impõe rigidez a grandes riscos e tensiona lógica da autonomia privada", por Bruno Landini Carvalho e Guilherme Fugagnoli (/asbz). ()
- "O conceito de "in natura" na reforma tributária: O regulamento extrapola a delegação?", por Gabriel Almeida Viana e Victor Tavares de Castro (Ayres Westin Advogados). ()
- "Importante decisão do STF sobre proteção à maternidade no ambiente de trabalho e seus possíveis reflexos", por Rafael Lasmar Prado Lopes (FAS Advogados, in cooperation with CMS). ()
- "Entendimento do TST sobre grupo econômico de fundos de investimento em participações", por Naiara Insauriaga (Barcellos Tucunduva Advogados). ()
- "STJ reafirma: Responsabilidade do sucessor empresarial dispensa o incidente de desconconsideração", por Fabiano Fraia (G.M Carvalho & Fraia Advogados). ()
- "Justiça do trabalho digital - centralização do acesso processual via GOV.BR", por Natália Pires (Martorelli Advogados). ()
- "Salários escondem histórias", por Isabel Cristina de Medeiros Tormes (Rodrigues Jr. Advogados). ()
- "Direitos do consumidor por recolhimento de produtos impróprios à luz dos casos Ypê e Crystal", por João Marcelo Raupp e Stephanie Baptista (Silveiro Advogados). ()
- "Capacidade institucional da ANEEL e deferência técnica no setor elétrico", por Diego Geraldo, Mateus Rech G. dos Santos e Diogo Alvarenga Saraiva (Andrade Maia Advogados). ()
- "A educação além dos percentuais: Qualidade da despesa e resultados", por Vanessa Cerqueira Reis (Medina Osório Advogados). ()
- "Sustentação oral não é obstáculo à Justiça digital", por Paula Lima Hyppolito Oliveira e Leonardo Guerzoni Furtado de Oliveira (AASP - Associação dos Advogados). ()
- "A reforma do reporte de sustentabilidade no Brasil: Análise da resolução CVM 244/26 à luz dos

debates entre emissores, investidores e reguladores", por Alexandre Arnone e Sóstenes Marchezine (Arnone Advogados Associados). ()

- "Litigância abusiva e a diligência domiciliar: Por que verificar a contratação do advogado?", por Viviane Ferreira (PRD | Parada Advogados). ()

- "Astreintes, proporcionalidade e segurança jurídica: O que o STJ vai decidir no Tema 1.442", por Paula Meira Campos de Andrade Silva (Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevich & Schoueri Advogados). ()

- "São Paulo discute a regulação da circulação de bicicletas, bicicletas elétricas e autopropelidos", por Hector Correa (Lefosse Advogados). ()

Novo Fomentador

Migalhas vem contando com o apoio de institutos, editoras, faculdades, associações e empresas de eventos para trazer sempre vantagens aos leitores. São os Fomentadores do Direito brasileiro. Temos o privilégio de anunciar que Migalhas conta a partir de hoje com a participação de mais um Fomentador do Direito:

Instituto Global ESG

O Instituto Global ESG atua como agente de transformação voltado à integração das práticas ESG nas estratégias de negócios. Com foco no desenvolvimento sustentável, a organização promove iniciativas que conectam crescimento econômico, responsabilidade socioambiental e inovação, incentivando empresas, comunidades e indivíduos a adotarem compromissos efetivos com a sustentabilidade. Guiado por valores como ética, transparência, diversidade e colaboração, o Instituto desenvolve projetos e parcerias voltados à geração de impacto positivo e duradouro. e conheça o novo Fomentador do Migalhas.

Novo sócio

Luiz Carlos Júnior é o novo sócio do André Menescal Advogados. O profissional entra para os quadros da banca cearense em movimento de expansão nacional. ()

Baú migalheiro

Há 141 anos, em 9 de junho de 1885, China e França assinaram o Tratado de Tientsin, encerrando oficialmente a Guerra Sino-Francesa. Pelo acordo, a China reconheceu a influência francesa sobre Tonquim e Annam, territórios que correspondem à

maior parte do atual Vietnã. O tratado consolidou a expansão colonial francesa na região e enfraqueceu a tradicional influência chinesa sobre os Estados vizinhos. O acordo marcou um importante capítulo do imperialismo europeu na Ásia durante o século XIX. (Compartilhe)

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Sorteio

Quer aprofundar seus conhecimentos sobre o ITCMD? Participe do sorteio da obra "ITCMD Doutrina e Prática - 2ª edição" (Editora Max Limonad, 321p.), escrita por Kiyoshi Harada e Marcelo Kiyoshi Harada (Harada Advogados Associados).
()

Novidades

Hoje, às 18h, na AASP, acontece o lançamento das obras "Processo Societário - Volume V - Tomo I" e "Processo Societário - Volume V - Tomo II", que contam com participação dos sócios do escritório monteiro de castro, setoguti advogados, Guilherme Setoguti, como coordenador, e Cláudia Gruppi Costa, autora de artigo. Acontece hoje, às 18h30, em Brasília, o lançamento da obra coletiva "Jurisdição Constitucional e Processo: Estudos em Homenagem ao Professor Paulo Mendes - 20 Anos de Magistério", organizada por Cyntia Melo Rosa e Rodrigo Freitas Câmara. Gisele Trigo (De Lima Assafim e Advogados Associados) participa como coautora do livro. () Hoje, o IAB promove o lançamento do livro "Migrantes transnacionais do Sul-Global para o Brasil e a uberização: O mercado de trabalho 4.0 e a economia digital", de Pedro Greco, presidente da Comissão de Direito Civil e Direito das Famílias e Sucessões da entidade. () Amanhã, Pedro Marcos Nunes Barbosa, de Denis Borges Barbosa Advogados e professor da Instituto de Direito da PUC-Rio, lança seu novo livro "Desenho industrial : código da **propriedade industrial** conforme os Tribunais", editado pela Lumen Juris. O evento acontece a partir das 18h, na Livraria da Vila, do Shopping JK Iguatemi, em SP. Diogo Rezende de Almeida (Galdino, Takemi, Ayoub, Salgueiro, Rezende Almeida, Costa, Faria) lança, dia 11/6, o livro "Processo Empresarial - Recuperação Judicial, Falência e Ações Societárias (2026)". O evento será realizado das 18 às 21h, na Livraria

Argumento, no Leblon, no RJ. () A obra coletiva "Filtro de Relevância no Superior Tribunal de Justiça: Cenários e Desafios", coordenada por André Macedo de Oliveira (BMA Advogados) e Henrique Araújo Costa, será lançada em 16/6, no Espaço Cultural do STJ, em Brasília. () Pinheiro Neto Advogados divulgou "Artigo: Ministério de Minas e Energia publica as regras para o primeiro leilão de armazenamento de energia em baterias do Brasil".
()

Migalhíssimas

Paulo Roberto Fogarolli Filho (Duarte Garcia, Serra Netto e Terra - Sociedade de Advogados) será palestrante hoje na "Innovation Week", promovida pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, onde participará do painel "Monitoramento ou invasão? Os limites impostos pela legislação trabalhista". () Rita Cortez (AJS - Cortez & Advogados Associados e presidente do IAB) faz hoje, às 10h, a palestra de abertura do debate sobre o tema do livro "Migrantes Transnacionais do Sul-Global para o Brasil e a Uberização", que será lançado com a presença do autor Pedro Teixeira Pinos Greco. O evento acontece no RJ (av. Marechal Câmara, 210, Centro), com transmissão da TVIAB e concessão de uma hora de estágio para estudantes de Direito. Hoje, às 15h35, Bernardo Rodrigues de Oliveira Castro (Ernesto Borges Advogados) modera o painel "Precisão, Previsibilidade e Performance: O Jurídico Aumentado por IA", no "FILASA 2026", evento jurídico-financeiro que acontece em SP. Demarest Advogados realiza hoje um debate sobre as novas perspectivas do acesso à Justiça. Na ocasião, será promovida uma homenagem a Kazuo Watanabe, professor da USP. Participam do encontro Susana Henriques da Costa, professora associada de Processo Civil na USP, Eduardo A. Nishi, desembargador do TJ/SP, e Priscila Faricelli, da área tributária do escritório. Ricardo Aprigliano, de Resolução de Disputas, vai moderar a conversa. CESA DF, que tem como presidente Anna Maria da Trindade dos Reis (Trindade & Reis Advogados Associados), e a Alumni Direito UnB realizam amanhã, às 9h, em Brasília, o evento "Reclamação constitucional no STF: Desafios e caminhos de aprimoramento". () Amanhã, às 17h, Welber Barral (Barral, Parente e Pinheiro Advogados) participa, como palestrante, do evento "Reforma Tributária e os Desafios do Comércio Exterior: Drawback, Tradings e Competitividade Internacional", organizado pela

Comissão de Comércio Exterior da OAB/SP. () O webinar "Diálogo com Especialistas", de Murayama, Affonso Ferreira e Mota Advogados, recebe Fábio Gaspar em 16/6, às 19h30, via Zoom, para debater os impactos da reforma tributária no setor de óleo e gás, com mediação de sócios e participação aberta ao público. () Fábio Medina Osório (Medina Osório Advogados) ministrou a palestra "Novos paradigmas do direito administrativo sancionador" na escola AGU/IDASAN. (Assista aqui) Professor Gilberto Garcia, presidente da Comissão de Direito Religioso do IAB, participou da "Vigília Inter-religiosa Contra o Feminicídio e pela Dignidade e Proteção da Mulher", promovida pela Arquidiocese do Rio de Janeiro no Santuário Cristo Redentor. Na ocasião, compartilhou reflexões sobre o texto bíblico que trata da lei das heranças. Felipe Palhares (BMA Advogados) foi reconhecido entre os "Top Voices do Brasil" no LinkedIn na edição de maio, iniciativa da plataforma que destaca profissionais com atuação relevante e consistente na produção de conteúdo. () A edição 55 do "Programa Pela Ordem", veiculado na TV Justiça, destacou etapa da "Conferência Nacional dos ODS", realizada pela OAB, e que reforça o protagonismo da advocacia brasileira na "Agenda 2030". No programa, Sóstenes Marchezine (Arnone Advogados Associados) enfatizou a necessidade de ampliar o protagonismo da advocacia nos debates relacionados à sustentabilidade, à governança e ao desenvolvimento sustentável no Brasil. Confira o programa completo, .

Direito e envelhecimento

IASP promove, em 12/6, às 10h, o evento "Envelhecer com Direitos". Gratuito e presencial, o encontro debaterá os direitos da pessoa idosa e os desafios do envelhecimento. ()

Governança climática

Pesquisa da FGV Direito SP aponta que falhas de governança, coordenação e prevenção ampliam os impactos de desastres climáticos. O estudo analisa as enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul. ()

Advocacia em debate

OAB/SP realiza, dia 12/6, em São José dos Campos, mais uma edição da "Conferência Regional da Advocacia 2026", com debates sobre tecnologia, gestão, marketing, inovação e empreendedorismo jurídico. ()

Webinar

Amanhã, às 10h, a FGV Direito Rio promove webinar para discutir os impactos do Pacto Ecológico Europeu nas relações comerciais entre a União Europeia e a América Latina. ()

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

AL/Santana do Ipanema

BA/Uibaí

MG/Rio Vermelho

SP/Macatuba

TO/Colinas do Tocantins

TO/Figueirópolis

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Migalhas Clipping

The New York Times - EUA

"After Exchange of Fire, Iran and Israel Placing Further Strikes on Hold"

The Washington Post - EUA

"Nations signal end to strikes"

Corriere della Sera - Itália

"Israele e Iran, stop ai raid"

Clarín - Argentina

"Cayó la inflación en la Ciudad por segundo mes consecutivo: 2,1%"

El País - Espanha

"El Papa urge a los obispos a actuar ante 'la plaga' de la pederastia"

Público - Portugal

"Médio Oriente Irão e Israel suspendem ataques, mas tudo depende do Líbano"

Die Welt - Alemanha

"Der Norden plant die Flucht aus der Energiewende-Krise"

The Guardian - Inglaterra

"Zelenskyy takes aim at Reform UK's 'mistake' on Ukraine flags"

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"No comando do TSE, Nunes Marques veta difusão de pesquisa em que Flávio cai"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"Justiça suspende megaleilão de energia de R\$ 515 bi e questiona mudança de valor"

O Globo - Rio de Janeiro

"Governo suspende de forma provisória vacina do Butantan contra a dengue"

O Estado de Minas- Minas Gerais

"Suspensa a vacina do Butantan contra a dengue"

Correio Braziliense - Brasília

"Distritais devem votar hoje o PL do empréstimo para o BRB"

Zero Hora - Porto Alegre

"Sob pressão de rombo bilionário, Correios fecham 11 agências no RS nas últimas semanas"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Impasse na relação entre PSB e PT no estado é expostos"

Pirataria online e 135 mil figurinhas apreendidas: álbum da Copa do Mundo é alvo de falsificações



50 mil figurinhas, mil álbuns e mil camisas falsas são apreendidos em São Paulo

A febre do álbum de figurinhas da Copa do Mundo 2026 não passou despercebida por quem vende e compartilha conteúdo pirata na internet. Redes sociais, aplicativos de mensagens, plataformas de venda online, como o Mercado Livre, e serviços de armazenamento em nuvem se transformaram em canais para a oferta de adesivos não oficiais, alguns deles reproduzindo de maneira fiel as artes dos colecionáveis licenciados.

Procurada pelo Estadão, a Panini, empresa responsável pela comercialização oficial das figurinhas da Copa do Mundo, não respondeu à reportagem. A matéria será atualizada em caso de manifestação. Já o Mercado Livre disse que atua no monitoramento e remoção de anúncios irregulares e incentiva denúncias feitas pelos usuários (veja na íntegra abaixo).

No X (antigo Twitter), usuários divulgam links para download gratuito de arquivos em PDF contendo seleções completas e jogadores prontos para impressão. As publicações prometem materiais em alta resolução e incentivam colecionadores a montarem seus próprios álbuns sem a necessidade de adquirir os pacotes oficiais vendidos no mercado, que custam R\$ 7,00 e vêm com sete adesivos cada.

A ida às bancas para a compra dos envelopes é substituída pela distribuição organizada. Pastas compartilhadas em plataformas de armazenamento reúnem arquivos separados por seleções e continentes, com conteúdos dedicados a alguma das principais seleções, como Brasil, França e Alemanha. Em

alguns casos, os arquivos são atualizados constantemente para acompanhar convocações e mudanças nos elencos das seleções participantes da Copa.

Além das redes sociais, documentos com dezenas de páginas com as figurinhas da Copa circulam em grupos e conversas privadas. Em sites de marketplace, o documento digital com a cartela das figurinhas para a impressão é vendido a um valor próximo do pacote oficial.

Autoridades miram **pirataria** em ações policiais. Uma operação apreendeu 50 mil figurinhas, mil álbuns e 1.039 camisas falsas nesta terça-feira, em São Paulo. A ação, conduzida por agentes do Deic (Departamento Estadual de Investigações Criminais) no Brás e no Canindé, visava coibir a comercialização de itens falsificados com apelo relacionado à Copa do Mundo.

Segundo informou a Polícia Civil, quatro pessoas foram detidas por crime contra a **propriedade intelectual** nesta operação. Equipes da 1ª Delegacia de Investigações Gerais (DIG) intensificaram os trabalhos no período do Mundial.

Em 28 de maio, uma outra operação havia apreendido 85 mil álbuns e figurinhas da Copa do Mundo de procedência ilegal na zona norte e no centro da capital paulista. Cerca de 2 mil camisas falsificadas de seleções que vão disputar o torneio também foram confiscadas.

Cinco pessoas foram presas em flagrante com base na Lei Geral do Esporte. Os envolvidos vão responder por crime contra a **propriedade industrial**. A identidade dos suspeitos não foi revelada e, por isso, não foi possível localizar as defesas.

Na última semana, a Polícia Civil de Minas Gerais também apreendeu 680 pacotes de figurinhas e 112 álbuns da Copa do Mundo suspeitos de **falsificação** em um estabelecimento comercial em Patos de Minas, na região do Alto Paranaíba. Em nota, as autoridades afirmaram que a apreensão ocorreu após denúncias de venda irregular dos produtos. Segundo os proprietários, o material havia sido adquirido em São Paulo.

O Procon-SP orienta que consumidores verifiquem a reputação da empresa ou vendedor antes de efetuar o pagamento e confirmem se há canais de atendimento com o vendedor; evitem negociações.

Veja o posicionamento do Mercado LivreO Mercado Livre informa que a comercialização de produtos falsificados, pirateados ou que infrinjam direitos de **propriedade intelectual** é expressamente proibida em seus Termos e Condições de Uso. A plataforma atua de forma contínua e proativa no monitoramento e remoção de anúncios irregulares - prática que faz parte da rotina operacional da empresa, independentemente de casos específicos.

CONTiNUA APÓS Como parte desse esforço permanente, a companhia disponibiliza o Brand Protection Program (Programa de Proteção à **Propriedade Intelectual**), ferramenta essencial que permite aos titulares de direitos - ou seus representantes legais - denunciarem anúncios infratores de forma ágil e direta. Uma vez confirmada a irregularidade, o anúncio é removido e o vendedor notificado, podendo sofrer penalidades que vão desde a suspensão temporária até o banimento definitivo da plataforma. O BPP é um canal prioritário porque

coloca os próprios detentores de direitos como protagonistas no combate às infrações, tornando o processo mais preciso e eficiente.

Ao mesmo tempo, o Mercado Livre utiliza inteligência artificial e machine learning para identificar e remover automaticamente anúncios suspeitos, com base nas aprendizagens de denúncias que recebe por meio do Brand Protection Program, aprimorando constantemente seus mecanismos de detecção a cada nova ocorrência identificada. Segundo o último Relatório de Transparência publicado pela empresa, 93% dos anúncios com suspeita de infringir direitos de **propriedade intelectual** são removidos proativamente pela plataforma.

No caso específico dos anúncios indicados, eles foram removidos no âmbito desse monitoramento contínuo, por descumprimento das políticas internas e dos Termos e Condições de Uso.

O Mercado Livre também encoraja qualquer usuário que encontre anúncios irregulares a denunciá-los por meio do botão 'Denunciar', presente em todos os anúncios da plataforma.

CNN processa Perplexity, e ações contra IAs por direito autoral chegam a 115



Acusação é de uso de conteúdo sem autorização; OUTRO LADO não é possível impor **propriedade intelectual** sobre fatos, diz empresa

Pedro S. Teixeira

SÃO PAULO A emissora americana CNN entrou com uma ação contra a startup de inteligência artificial Perplexity em 28 de maio sob a alegação de que a empresa de tecnologia teria copiado, sem autorização, 17 mil reportagens, fotos e vídeos do gigante da TV a cabo a fim de desenvolver modelos de IA.

A ação se junta a uma lista de 115 litígios de veículos jornalísticos, escritores e artistas contra companhias especializadas em IA, mapeados pela plataforma ChatGPT is Eating the World.

O The New York Times, por exemplo, processa a OpenAI e a Microsoft sob o argumento de que os modelos das empresas reproduzem trechos de reportagem. A Folha também processou a OpenAI, mas chegou a um acordo de licenciamento com a

criadora do ChatGPT no fim de maio.

Em nota, a Perplexity afirmou que "não é possível impor **propriedade intelectual** sobre os fatos".

A ação judicial contra a Perplexity é o primeiro caso legal da rede de TV contra uma empresa de inteligência artificial com o objetivo de proteger seus **direitos autorais** - e, ao menos entre os processos que vieram a público, é o primeiro litígio nessa área movido por uma emissora de televisão.

Outras empresas de mídia, no entanto, incluindo as que publicam o New York Times, o Wall Street Journal (por meio da Dow Jones) e o New York Post, já moveram processos semelhantes contra a Perplexity. Por outro lado, editoras de notícias como a Time e a USA Today Co. fecharam acordos com a companhia de tecnologia.

"O processo da CNN defende a tese de que a Perplexity, uma empresa avaliada em dezenas de bilhões de dólares, não deveria poder roubar de organizações que criam o conteúdo original que ela explora", afirmou a emissora em comunicado.

Homem que esteve por trás da primeira ação de um jornal contra uma empresa de IA, o publisher do New York Times, A.G. Sulzberger, disse que os chatbots de IA generativa, como ChatGPT, Claude e Gemini, são frutos de "um roubo descarado de **propriedade intelectual** que ocorreu em uma escala sem precedentes".

No câmputo das 115 ações em curso, as empresas de IA americanas negam as acusações.

CNN processa Perplexity, e ações contra IAs por **direito autoral** chegam a 115

Acusação é de uso de conteúdo sem autorização; OUTRO LADO não é possível impor **propriedade intelectual** sobre fatos, diz empresa

STF deve definir nesta quarta alcance de decisão que ampliou responsabilidade de big techs



Questionamentos de empresas e entidades serão avaliados pela corte após julgamento sobre **Marco Civil da Internet** e decretos de Lula

Renata Galf

São Paulo - O tema da regulação e responsabilidade das big techs volta nesta quarta (10) à análise do STF (Supremo Tribunal Federal), agora para julgamento de recursos que podem delimitar a decisão que fixou novas obrigações para as plataformas digitais e gerou questionamentos de empresas e entidades da sociedade civil.

Os ministros do tribunal se debruçarão sobre contestações que buscam restrições às regras impostas e melhor detalhamento, um ano depois do julgamento que impôs as principais mudanças no assunto desde a vigência do **Marco Civil da Internet**, em 2024, e semanas depois de Lula (PT) publicar decretos a partir da própria decisão do tribunal. No Congresso, a oposição se movimenta para tentar derrubar tais textos.

Serão analisados 12 recursos, apresentados tanto pelas empresas partes do processo, Facebook e Google, quanto por plataformas, entidades e organizações da sociedade civil admitidas como amigos da corte nessas ações para contribuir com o debate.

Entre os pontos questionados estão a quais atores as regras se aplicariam: se a empresas de qualquer

tamanho e porte e se haveria exceções além das definidas pela corte, a depender do tipo da plataforma, como no caso da enciclopédia online Wikipedia.

A decisão do STF foi proferida em junho do ano passado, enquanto o acórdão do julgamento, que a formalizou, foi publicado em novembro. Na ocasião, a corte se debruçou sobre duas ações relatadas respectivamente pelos ministros Dias Toffoli e Luiz Fux. Ao analisá-las, o plenário do Supremo estabeleceu uma tese que, na prática, se aproxima a uma regulação de plataformas.

Segundo o artigo 19 do **Marco Civil da Internet**, redes sociais só estavam sujeitas a pagar indenização por um conteúdo postado por terceiros se, após uma decisão judicial ordenando a retirada, mantivessem um conteúdo no ar.

Na tese aprovada, a corte ampliou as hipóteses de exceção a essa regra que, até então, incluíam só nudez não consentida e violação de **direitos autorais**. Também criou a obrigação de moderação pró-ativa pelas redes para um rol de temas - como crimes antidemocráticos, terrorismo, incitação a racismo e induzimento a suicídio - prevenindo punição em caso de falha sistêmica. Em outros casos, o STF entendeu que as redes só podem ser punidas se não removerem após notificação.

Já para crimes contra a honra, a corte determinou que a regra seguiria igual, requerendo, portanto, a necessidade de notificação.

Os recursos incluem questionamento sobre se conteúdos jornalísticos e ofensas cívicas, para além de crimes contra a honra, também deveriam requerer decisão judicial para responsabilização da empresa em caso de não retirada. Esses pontos foram defendidos respectivamente pela Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) e pela ONG Artigo 19, especializada em temas ligados à liberdade de expressão.

Também se questionam os requisitos para notificações de retirada de conteúdo passíveis de gerar responsabilização das empresas, e qual o rol de legitimados que poderiam apresentá-las.

Continuação: STF deve definir nesta quarta alcance de decisão que ampliou responsabilidade de big techs

Facebook e Google pedem um estabelecimento claro de um marco temporal a partir do qual a decisão da corte se aplicaria.

André Boselli, coordenador de ecossistemas de informação da ONG Artigo 19, aponta que um dos principais pontos que demandam atenção do tribunal diz respeito à previsão de que, em caso de dúvida razoável sobre a ilicitude ou não de um conteúdo, as empresas não seriam responsabilizadas sem decisão judicial para remoção.

Paulo Rená da Silva Santarém, pesquisador no Iris (Instituto de Referência em **Internet** e Sociedade) e doutor em direito pela Universidade de Brasília, avalia que um ponto importante para reduzir o risco real de censura privada pelas empresas é que a corte detalhe os requisitos de procedimento a serem seguidos pelas empresas, como comunicação aos usuários sobre suas medidas de moderação.

Ele alerta que, a depender do que o STF decidir, as atribuições desenhadas nos decretos do governo sobre as competências delegadas à ANPD (Agência Nacional de Proteção de Dados) podem sofrer interferências ou mesmo invalidações parciais.

Camila Tsuzuki, coordenadora de pesquisa do InternetLab, centro dedicado a temas de direitos digitais e um dos atores que apresentou recurso, destaca que um dos pontos pouco claros se refere ao que constituiria "falha sistêmica" e qual o regime de responsabilidade para os marketplaces (plataformas de compras online).

Entenda o julgamento

O que previa o Marco Civil

O artigo 19 previa que redes sociais e provedores de conteúdo só estavam sujeitos a pagar indenização por conteúdo postado por terceiros se, após decisão judicial ordenando retirada, o mantivessem no ar.

Qual era a exceção

Conteúdos de nudez não consentida deveriam ser removidos após notificação extrajudicial do afetado.

O que o STF decidiu

Para crimes em geral passa a valer a regra pela qual a empresa pode ser responsabilizada após notificação. Sobre certos crimes, as empresas devem fazer remoção proativa.

Câmara aprova acordo entre Mercosul e bloco europeu EFTA



Texto assinado no ano passado no Rio ainda precisa passar pelo Senado

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira o acordo de livre comércio assinado entre os países do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), formada por Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça. O texto segue para votação no Senado.

A EFTA é uma organização comercial e de livre comércio criada em 1960. Juntos, os quatro países do grupo possuem uma população de 15 milhões de pessoas e um PIB de 1,4 trilhão de dólares, sendo um dos maiores PIBs per capita do mundo.

Assinado no Rio de Janeiro em setembro de 2025, o acordo é dividido em 16 capítulos e abrange comércio de bens, defesa comercial, salvaguardas, barreiras técnicas, medidas sanitárias e fitossanitárias, serviços, investimentos, **propriedade intelectual**, compras governamentais, concorrência, desenvolvimento sustentável, solução de controvérsias e disposições institucionais.

Está prevista isenção de tarifas para aproximadamente 97% das transações do Brasil com a EFTA e redução gradual das tarifas para cerca de 1,2%. Produtos agrícolas como laticínios, chocolates e fórmulas para alimentação infantil foram incluídos sob a forma de quotas tarifárias.

Do lado da EFTA, os países eliminarão 100% das tarifas de importação nos setores industriais e pesqueiro já na entrada em vigor do acordo. Considerando os setores agrícola e industrial, o acesso em livre comércio de produtos brasileiros chegará a quase 99% do valor exportado.

O Brasil ainda poderá se beneficiar de quotas agrícolas oferecidas por Suíça, Liechtenstein e Noruega para produtos como carne bovina, carne de aves, milho, farinha de milho, mel e óleos vegetais, entre outros.

Produtos de origem ganham espaço e mercado no Connection Terroirs 2026



Evento será realizado de 10 a 13 de junho, em Gramado (RS). Programação deste ano inclui realização de rodadas de negócios com mais de 40 compradores nacionais

Por Cibele Maciel

Reconhecido como a principal vitrine nacional de promoção dos produtos de origem e Indicações Geográficas (IGs), o Connection Terroirs do Brasil chega à edição de 2026, entre os dias 10 e 13 de junho, em Gramado (RS), ampliando a integração entre experiências, conhecimento e geração de negócios.

Neste ano, 58 IGs participam ativamente da programação com exposição de produtos, experiências sensoriais, degustações, debates e encontros de negócios. O Sebrae apoia a viabilização e a qualificação da presença dos territórios no evento, fortalecendo a estratégia de inserção comercial e ampliação de mercado para pequenos produtores.



Adriana Menegaz, gestora Nacional do Move+ do Sebrae Nacional

A programação do Connection Terroir Brasil inclui arenas temáticas, como a Arena de Conteúdo, Arena Gastronômica, Arena de Sabores, além da Alameda Terroir, que transforma o espaço urbano em uma grande exposição de IGs brasileiras. A Arena Gastronômica, por exemplo, será palco de apresentações do Chefes de Origem com aulas-show que proporcionam uma imersão sensorial nos produtos de origem brasileiros.

Na terça-feira (2), o Brasil alcançou a 163ª Indicação Geográfica com o bolo Käsekuchen, da pequena Panambi, cidade do Noroeste Gaúcho, reconhecida pelo **Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)**. A conquista integra um processo de reconhecimento da cultura e de técnicas locais, apoiado pelo Sebrae.

A entidade é protagonista no apoio às entidades e municípios que buscam obter o selo de IG, participando da maioria dos processos junto ao Instituto. Atualmente, 25 pedidos apoiados pelo Sebrae estão em processo de análise para reconhecimento.

"O cenário das Indicações Geográficas no Brasil é de crescimento e consolidação. Iniciativas como o Connection Terroirs reforçam esse movimento ao ampliar a visibilidade, o acesso a mercados e o reconhecimento dos produtos de origem", pontua Menegaz.

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais	1,17
Marco Civil	18,19
Marco regulatório INPI	2,3,21
Propriedade Industrial	2,3,8,9,10,11,12,13,14,15,16,21
Propriedade Intelectual	4,5,6,7,15,16,17,20